

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO TURISMO EM ALCÂNTARA, MA: AS CAIXEIRAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Cristiane Mesquita Gomes¹

Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano²

Anderson Pereira Portugal³

Resumo: O presente artigo traz uma análise do arranjo produtivo local das caixeiras do Divino Espírito Santo na cidade de Alcântara, MA, no contexto da festa do Divino Espírito Santo. As caixeiras (Sacerdotisas do Divino) constituem importante legado cultural e apresentam potencial para fortalecer a cadeia produtiva do turismo na cidade. Para tanto, adotou-se metodologia exploratória e analítica com revisão de literatura e trabalhos de campo. A revisão bibliográfica ajudou a entender a Festa do Divino Espírito Santo, as práticas culturais das caixeiras, assim como o turismo comunitário de Alcântara. Em campo, elaborou-se ainda um acervo fotográfico sobre o tema da pesquisa e realizou-se entrevistas junto às caixeiras, comunidade alcantareense, visitantes e gestores públicos. Constatou-se que a prática cultural estudada encontra-se ameaçada de desaparecer pela ausência de novas caixeiras que assumam os postos após a morte das praticantes mais idosas. Verificou-se ainda que os detentores destes traços culturais não vêm recebendo a devida atenção por parte das políticas sociais de proteção da cultura popular. Diante disso, faz-se necessário uma ação mais proativa da gestão pública, no sentido de incentivar a perpetuação deste representativo folgado identitário da cidade de Alcântara.

Palavras-chave: Turismo. Arranjos Produtivos Locais. Planejamento Governamental. Caixeiras do Divino. Alcântara.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo traz um estudo sobre uma importante manifestação da cultura popular do Estado do Maranhão. Trata-se das Caixeiras do Divino Espírito Santo (ou Sacerdotisas do Divino), que são um grupo de mulheres que vem mantendo vivo um forte traço cultural capaz de fortalecer os arranjos produtivos locais para o desenvolvimento do turismo no município de Alcântara, MA.

Alcântara é um dos municípios que integram a Região Metropolitana de São Luiz, capital do Estado do Maranhão, da qual é separada por um trecho da baía de São Marcos (Figura 1). De acordo com o censo do IBGE (2010), sua área total é de, 1.486km², com população de aproximadamente 21.850 habitantes.

¹ Mestre em Gestão de Negócios Turísticos. Professora de Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA. crismesquita@ifma.edu.br.

² Doutora em Geografia. Subcoordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará. luzianeidecoriolano@gmail.com.

³ Doutor em Geografia. Professor do Curso de Geografia da FACIP, Universidade Federal de Uberlândia e do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará. anderson@pontal.ufu.br.

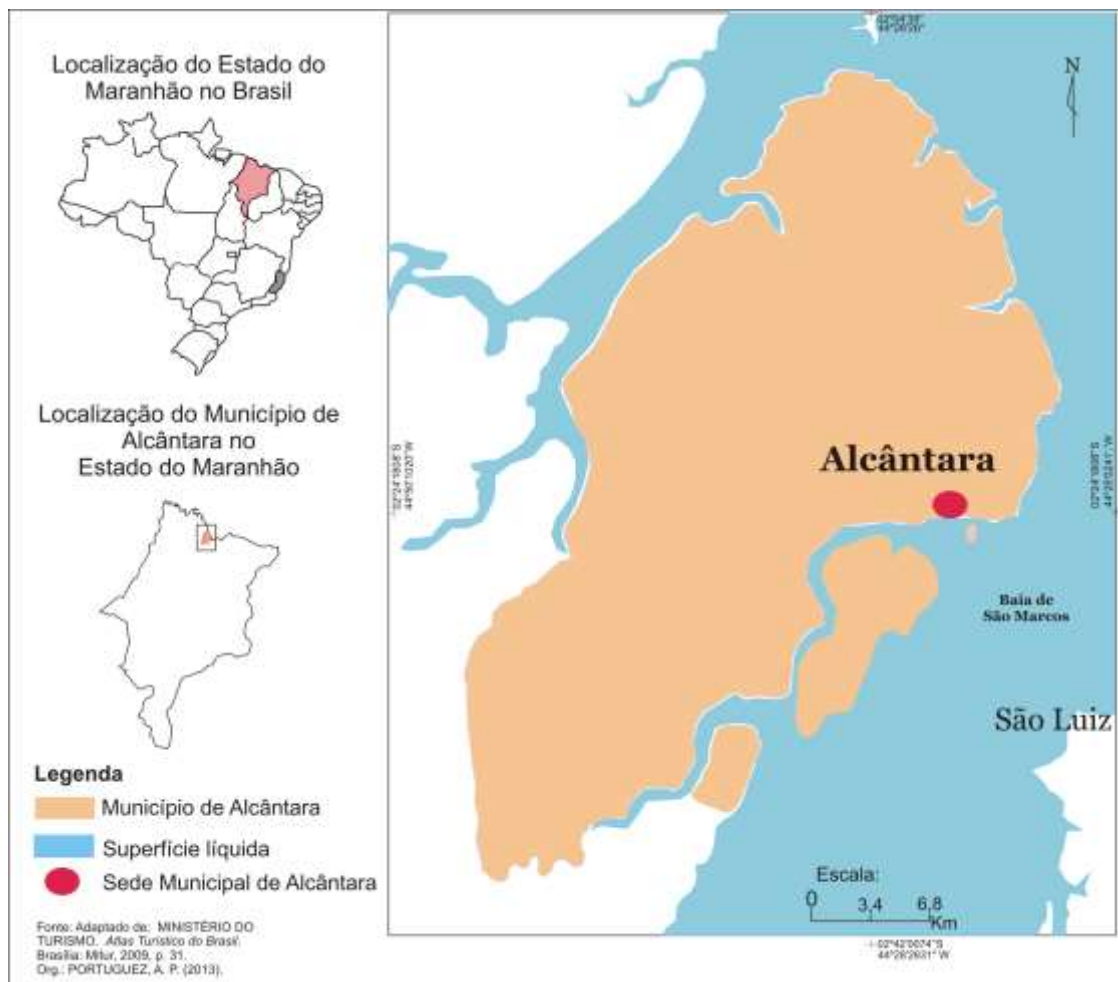


Figura 1: Localização do Município de Alcântara, MA.

Fonte: Adaptado de: MINISTÉRIO DO TURISMO (2009, p. 31). Org. PORTUGUEZ, A. P. (2013).

Alcântara integra ainda a região turística “Polo Cultural São Luiz”, composta pelo município ora estudado, São Luiz, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar. Esta região turística oferece aos visitantes importantes opções relacionadas à composição técnica de uma região metropolitana importante do Nordeste: turismo de negócios, de eventos, cultural, náutico, sol e praia e outros.

Parte-se do pressuposto de que a comunidade alcantareense é ímpar no modo de vida pacato, com costumes e práticas antigas como tocar as caixas unicamente em louvor ao divino, diferente do que ocorre em outras cidades maranhenses onde as caixeiras tocam também em Terreiro de Mina. O planejamento participativo de Alcântara realinha ações dos sujeitos locais e aponta segmentos da atividade turística para esse lugar, mediando resultados socioeconômicos favoráveis ao desenvolvimento qualitativo na cidade.

O turismo é considerado prioridade para destinos pelo efeito multiplicador ao atingir múltiplas atividades econômicas. Experiências de APLs (Arranjos Produtivos Locais)

que para Brito e Albagli (2003) apresentam características de aglomerações territoriais por agentes econômicos, políticos e sociais, tendo como foco um conjunto específico de atividades econômicas, tem apresentado inegáveis aportes econômicos, políticos e sociais para estados e municípios em especial os indutores do turismo que utilizam essa forma de planejamento para se fortalecer. O artigo tem como ângulo prospectar a articulação dos interesses e necessidades das caixeiros às possibilidades do mercado turístico, com objetivo de promover a manifestação cultural como atrativo turístico, para melhor estruturação da atividade no município, envolvendo a comunidade no processo de potencialização dos APLs para que atenda às necessidades do lugar, considerando as peculiaridades do pequeno município.

Adota-se visão crítica para analisar a realidade das caixeiros do Divino Espírito Santo, e bebe-se em fontes variadas para explicar a experiência do APL das caixeiros do Divino em Alcântara que embora conte com um arranjo incipiente, oferece potencial para maximizar a festa das sacerdotisas nos festejos do Divino.

Dentre os procedimentos metodológicos adotados realizou-se revisão bibliográfica das categorias de análise que são cultura, turismo, APLs e festas religiosas, assim como utilizou-se aplicação de questionários, entrevistas, participação nos ensaios das caixeiros, participação em festas consecutivas de louvor ao Divino, gravações em vídeo e fotos. O universo da pesquisa abrangeu membros da comunidade, donas de casa, estudantes, professores, gestores públicos e privados, organizadores da festa, o pároco local e as próprias caixeiros.

A possibilidade de supressão da presença das caixeiros na festa exige da academia tomada de posição dada a relevância desse legado cultural, considerado pelos próprios alcantarenses, como “a alma da cidade”, o que inspira cuidados e necessidade de aproximação para que se desenvolva parcerias para manutenção da festa tradicional das caixeiros, ameaçada de extinção.

A experiência de APLs apresenta-se como forma de incubação de nova perspectiva sem de fato intervir ou alterar o que é próprio do lugar. Assim, guardadas as devidas precauções, conscientes de que os APLs não são o único meio para remediar a situação examina-se, à luz de conceitos de vários autores, a possibilidade de implementar os Arranjos Produtivos Locais para a política local das caixeiros de Alcântara.

Partindo das necessidades da cidade, prospecta-se maior projeção para o turismo local, enfatizando o atrativo “caixeiros” ao mesmo tempo em que se divulga a Festa do Divino Espírito Santo no decorrer do ano, para que ensaios e demais ações das caixeiros que antecedem o festejo, sejam também atrativos demandantes de novos turistas para fortalecimento da cadeia produtiva local.

Justifica-se a pesquisa por reconhecer na prática do toque de caixas das caixeiros do Divino, um bem imaterial de atratividade consistente para a Alcântara, que tem no Festejo do Divino uma das principais atrações turísticas do lugar responsável por projetar a cidade nacional e internacionalmente. A relevância da pesquisa está calcada na necessidade que tem o país em desenvolve-se social e economicamente, carecendo de ideias exequíveis e práticas, que parta da realidade do lugar, respeite o modo de vida simples, comprometido em impactar minimamente a comunidade envolvendo numero significativo de sujeitos responsáveis pelo desenvolvimento turístico no lugar.

2. TURISMO E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

A atividade turística em momento hodierno é reconhecidamente um forte instrumento de desenvolvimento socioeconômico para os mais distintos lugares. Apresenta-se como um fenômeno marcante desde o século XX (CASTELLI 2001) tanto quanto na contemporaneidade. A atividade é considerada produto de exportação pelo governo por gerar divisas, para tanto é necessário saber qual o sentido das Políticas Públicas de turismo, já que a atividade é reconhecida por contribuir remediadamente às crises capitalistas.

Coriolano assim desenha o turismo: “é conhecido como uma atividade multiplicadora de empregos, pois utiliza todos os serviços das áreas visitadas e cria novos.” (CORIOLANO, 2003, p. 30). A autora aponta o turismo como estimulante à competição de lugares, com variados projetos: “Os promotores se definem por produzirem ícones de beleza, renovação e modernidade, veiculados por discursos promocionais que justificam os recursos públicos imobilizados pelo suposto de serem alavancadores de desenvolvimento.” (CORIOLANO, 2007, p. 24). Portanto, a atividade carece de planejamento cuidadoso, voltado às necessidades dos cidadãos, tanto quanto às necessidades dos visitantes.

O turismo é, ao mesmo tempo, fenômeno social e econômico, ambivalente, complexo e abrangente. E por envolver pessoas e ações nos mais variados setores da economia a atividade turística necessita de planejamento com objetivos claros que atendam às necessidades dos sujeitos envolvidos, sejam eles moradores, visitantes, empreendedores da atividade, ou comerciantes de um determinado destino.

Cabe ao planejamento, portanto, superar ações pontuais, principalmente as para atender uma demanda turística efetiva, na medida em que ele se orienta por princípios e por intenções materializadas em partes do território, induzindo sua reorganização e um novo sentido de ocupação [...] essas começam ser criadas com condições fornecidas pela construção da infraestrutura física, pela normatização de critérios técnicos e por

orientações estimuladoras, viabilizando e induzindo novos padrões de investimentos [...] (BENEVIDES 2003, p. 44).

A infraestrutura privilegia as condições de vida dos residentes e por consequência, as condições de hospedagem para visitantes. No Brasil, o que se percebe, são planejamentos pontuais, dirigidos a um segmento, a um público, a um contingente mais específico, que raramente partem das necessidades dos moradores do lugar turistificado e por isso as questões advindas da infraestrutura (ou da falta dela) seja o grande entrave para a alavancagem direta no âmbito socioeconômico.

A tradução econômica dos novos conteúdos social e político devem partir então da orientação de projetos turísticos que possibilitem que pequenas escalas de operações dos equipamentos de hotelaria, lazer e restauração fomentem empreendedores e gestores locais, bem como incorporem nesses projetos o máximo possível de insumos endogenamente produzidos ou ai existentes, principalmente quanto ao fator trabalho (BENEVIDES 2003, p. 49).

Diante de um diagnóstico bem elaborado, identificando as particularidades de determinada comunidade, pode-se obter a maximização de resultados para que as ações sejam percebidas pelos moradores locais. Analisar o potencial de um determinado lugar, os insumos e a forma de aproveitá-los para direcioná-los à atividade turística pode vir a ser o divisor de águas para destinos que desejam crescer. Envolver comerciantes, artesãos, gestores e moradores em proposta para o desenvolvimento local, envolvidos em planejamento articulado e que coloque o lugar e as pessoas como foco é a pedra angular para que a atividade turística promova incremento econômico significativo. E que ao invés de segregar e aumentar as diferenças sociais o turismo possa vir a ser vetor de inclusão social. Tanto o desenvolvimento quanto o seu contrário podem advir da atividade turística, intervindo nos resultados sociais de maneira significativa, daí a afirmativa de Coriolano:

O desenvolvimento (assim como o subdesenvolvimento) é um processo que interfere nas transformações de ordem mental e social de um povo, porque todo país que decide promover seu desenvolvimento precisa começar por investir no homem, através da educação; passar a considerar a educação não como um gasto, mas como via de possibilidade de acesso ao desenvolvimento (2003, p. 20-21).

A educação contribui diretamente no processo de empoderamento do povo para que este possa se inserir no processo de desenvolvimento e crescimento, viabilizando apropriação dos meios e modos de produção e conseqüentemente desenvolvendo nas pessoas sentimento de pertencimento àquele lugar ou cultura. A criticidade cidadã é um passe da autonomia que é adquirido com informação ou formação. “O empoderamento é uma perspectiva que coloca as pessoas no centro do processo de desenvolvimento” (BENI, 2006, p. 76). Na mesma medida, Castells considera o sentimento de comunidade, de

pertencimento necessidade primária aos que vivem em um lugar afirmando que: “as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram sentimento de pertença e, em muitos casos, identidade cultural, comunal.” (CASTELLS, 1999, p.79).

Considerando o conceito de comunidade definido por Weber (1973, p. 140) “uma relação social quando a atitude na ação social – no caso particular, em termo médio ou no tipo puro – inspira-se no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da constituição de um todo”. Assim, quando a comunidade entende que tem poder e sentimento de pertença cria animo para se organizar e promover o crescimento do turismo comunitário que valoriza o lugar sem proselitismos, e o turismo se presta para isso.

Sendo o turismo uma atividade de efeito multiplicador, oferece condições para o desenvolvimento de pequenas empresas (além das grandes), podendo beneficiar os mais pobres, como mostram algumas experiências. [...] assim há dois eixos de desenvolvimento do turismo, o global muitas vezes vinculado às redes internacionais de hotéis, resorts, sexo, drogas, lavagem de dinheiro, com fuga de divisas e sonegação fiscal. Mas há o turismo interno, o doméstico que valoriza o lugar, que gera renda, que dinamiza a economia local, que protege o patrimônio natural, que recupera e preserva o patrimônio histórico cultural. (CORIOLANO 2003, P. 25)

Para se alcançar esse nível de desenvolvimento com valorização do lugar, que gere renda e promova inclusão (aquele que envolve cidadãos por potencialidades) é preciso que haja descentralização do poder, política continuada e compromisso local. Segundo Beni: “A descentralização de poder por parte dos órgãos de governos pode pavimentar o caminho para uma maior participação de grupos sociais em nível local e, nesse sentido, atender melhor a necessidade dos excluídos.” (BENI 2006, p. 79). O autor apresenta uma jusante a essa lógica, a informação. Para o empoderamento o essencial é controlar a informação, pessoas e grupos bem informados podem sair da condição de beneficiários para serem sujeitos diretos do processo de desenvolvimento. (BENI 2006). E Coriolano completa:

O desenvolvimento local se define como um processo de mudança de mentalidade, de cambio social, institucional e de troca de eixo na busca do desenvolvimento, por isso orienta-se para o desenvolvimento de médias, pequenas e microempresas, tendo em vista socializar as oportunidade e promover o desenvolvimento na escala humana. (2003, P. 25)

É calcado nos valores do desenvolvimento na escala humana que se repensa o arranjo das caixas, organizando-o com pessoas, para pessoas e por pessoas. Dito isso, por óbvio, há de se empreender gestão participativa, onde as minorias podem dizer das necessidades aos seus gestores públicos.

Há uma economia solidária preexistente entre as caixeiras do Divino, em Alcântara, ainda que elas não tenham consciência disso. As sacerdotisas do Divino trabalham em prol do bem comum, esmolam para partilhar os donativos com os membros da comunidade ao mesmo tempo em que mantêm a tradição para que se mantenha viva a memória do passado nas senzalas.

A Economia Solidária funda-se em concepções e práticas de relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital. Esta prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia autogestão, cooperação, desenvolvimento comunitário e humano, satisfação das necessidades humanas, justiça social, igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação de recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo nova forma de inclusão social com participação de todos (Anais da Conferência Nacional de Economia Solidária, Brasília, 2006, p 57).

O próprio ato de angariar donativos e dividir igualmente faz parte do ritual do sacerdócio ao Divino, explicitando a solidariedade, que ajuda na subsistência e mostra a resistência do grupo, ações e práticas carregadas de valores culturais.

Diante do exposto, torna-se lógico que inclusão está diretamente ligada à participação. Incluir-se eleva o sujeito, é dar-se oportunidade de exercer a cidadania, participar, decidir, exigir, sair da condição de sujeito marginal, que está para aquém dos processos da vida. Incluir, inserir, são adjetivos da escala humana para o desenvolvimento. Para o desenvolvimento humano, Portuguez (2001, p. 35) alerta:

A ampliação do conhecimento proporciona a admissão e a reflexão crítica sobre essas subversões, representa indícios de compromisso com a qualidade de vida de todos os integrantes da sociedade, admitindo-se a quebra de obsoletos paradigmas, a tolerância, a ambiguidade e a flexibilidade para que essas minorias possam ser consideradas em qualquer projeto público ou privado, que deve ter sempre o homem como o centro, sob o risco de tornar-se equivocado e injusto.

O sujeito no centro do processo agindo e decidindo, informado, sentindo-se participe das decisões que afetam a vida local que alimenta o imaginário de quem pensa uma sociedade justa. Mas ao que se vê no cotidiano do estado brasileiro é justamente o contrário, o cidadão marginalizado, à parte dos processos decisórios, se quer uma infraestrutura urbana adequada se faz realidade. Na contramão desse quadro, a atividade turística serve de mediadora de reestruturação dos espaços beneficiando diretamente sujeitos que vivem nos destinos turísticos.

Calcada nas premissas de Beni é observando a teia de relações sociais, tanto quanto as potencialidades do destino turístico, as políticas de investimentos e de geração de emprego e renda é que se vislumbra o desenvolvimento. O autor preconiza que todo projeto de desenvolvimento local desencadeia processos de reconstrução territorial. “esse processo implica uma nova ordenação territorial [...] a partir dos interesses coletivos da região. [...] obedecendo não mais a racionalidade da acumulação e do consumismo, mas principalmente da qualidade de vida. [...] que deverá contemplar as necessidades e expectativas coletivas da base local” (BENI, 2006, p. 94-95).

Portanto reside aí a importância dos Planos Diretores de Turismo implementados na instância dos municípios na medida em que podem promover o exercício da cidadania, de maneira consciente no reconhecimento de si próprio e de valores da comunidade.

3. ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DAS CAIXEIRAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCANTARA-MA

Alcântara é reconhecida pelo conjunto arquitetônico que guarda as lembranças do passado imperial tornando-se destino turístico que compõe o Polo São Luis, o principal polo indutor do turismo no estado. Na visão do escritor maranhense Josué Montello (1978):

Alcântara, no seu conjunto, terá, quanto muito, cinquenta ruas, incluindo becos e travessas. Parece menor, cercada pela vegetação densa que a vai invadindo. De longe, ao ver um pé de mamona num beiral de sobrado, tem-se a impressão de que a mata já plantou ali no alto o seu pendão de conquista. Em breve, por cima do telhado, enramarão as trepadeiras. No entanto, tarde da noite, muitos destes imponentes sobrados senhoriais, há tanto tempo fechados, misteriosamente se descerram. Como outrora, refulgem as luzes de seus salões no retângulo das janelas sobre a rua. Dos suportes de ferro pendem as luminárias. E há mesmo quem ouça, no sussurro do vento, os sons dos pianos, das flautas e dos violinos, na ressurreição dos famosos serões alcantarenses. [...] Do visor de uma ladeira, na comprida Rua das Mercês, fiquei a pensar nessas ressurreições noturnas, lenda? Realidade? E aos poucos comecei a ver que, à luz do sol, Alcântara retrocedia no tempo com o retinir das ferraduras nas pedras de seu calçamento, o rolar das carruagens de portinholas abrasoadas, as janelas que se escancaravam sobre o passeio, e gente que vinha e gente que ia, grave, colorida, nas suas roupas fora de moda, e que passava por mim sem me olhar (JOSUÉ MONTELLO, 1978).

No contexto de cidade histórica, o arranjo das caixeiras do Divino em Alcântara acontece de maneira informal elevando essa prática a condição de atrativo turístico na cidade. A temática cultura, que sobressai da prática do toque de caixas relacionada ao

desenvolvimento social, dá subsídio ao arranjo produtivo local de base comunitária incitando a educação na comunidade envolvida, mediando o crescimento desta, o que se torna um alternativa para a economia do lugar.

Os arranjos produtivos são reconhecidos como: “economias alternativas, informais, solidárias que dependem do nível de organização de pequenas comunidades, bairros ou grupos e são estratégias de sobrevivências que encontram, na atividade turística articulada com muitas outras, espaços para expansão” (CORIOLANO *et al* 2009, p. 38). A autora define Arranjo Produtivo Local como atividade derivada do Sistema Produtivo local, dependentes de quatro elementos essenciais: território, capital social, organização produtiva, articulação político-institucional e estratégia de mercado e o segundo está diretamente ligado às empresas que ambientam um mesmo território, articuladas entre si. Quanto aos Arranjos Produtivos locais de Base Comunitária, Coriolano diz se tratar de núcleos produtivos com organização social e institucional em estágio ainda muito rudimentar.

O APL está diretamente relacionado à capacidade de percepção, nos diversos lugares, da base cultural e social comum que, ligando agentes econômicos por meio de comportamentos, valores, regras e práticas cotidianas, potencialize a formação da atmosfera local voltada para a melhoria das condições do grupo ou da comunidade (CORIOLANO. *et al*, 2009, p. 29)

Os aspectos subjetivos da comunidade formulam o produto e está diretamente ligado a oferta e demanda. A exemplo do que acontece na cidade Alcântara o labor diário das caixeiras que passam a maior parte do ano em atividades agrárias e domésticas, além dos ensaios do toque de caixas, a morosidade no cotidiano e a forma lenta e simples de viver a rotina é que encanta visitantes transformando-se em forte atrativo turístico.

Da experiência das caixeiras estratificada no conhecimento tácito que concreta o atrativo sem planejamento prévio, como prova Amorim e Scipião (2007, p. 55) verifica-se que: “Os APLs, em sua maioria, nascem espontaneamente no território em que estão localizados e frequentemente tem forte participação na geração de emprego e renda nas economias locais.” Neste caso, especificamente, há um forte elo entre as caixeiras, a festa em si e moradores locais. As caixeiras se percebem impares em seu modo de tocar as caixas, encetaram viagens pelo Brasil e exterior para apresentarem o som único e as ladainhas de improviso que louvam ao Divino, fortalecendo a cultura religiosa local.

Entender cultura ajuda compreender a relação das caixeiras entre si e com os visitantes como práticas culturais. De acordo com (SANTOS, 2002, p.65): “cultura está intimamente ligado às expressões da autenticidade, da integralidade e da liberdade. Ela é uma manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e

aspirações, isto é, o delineamento do futuro desejado.” Milton Santos afirma que a cultura é genuína, resulta de relações diretas e profundas do homem com o meio. Partindo desse pressuposto a cultura de louvor ao Divino pelas caixeiras traz no cerne forte ligação com o passado. A sonoridade do toque das caixas em Alcântara é reconhecida por ser um toque único, pitoresco, diferente de todos os outros de qualquer lugar do Brasil. Por si só o ritual das caixas com as sacerdotisas constitui um atrativo único diferente das demais festas no país. Esse produto turisticamente consumido em Alcântara denota a experiência de Arranjo Produtivo Local de Base Comunitária que faz parte da vida destas mulheres a séculos, representando não só um bem cultural e um meio de sobreviver economicamente, mas também representa a própria identidade do grupo.

Os APLs delineiam a organização das caixeiras do Divino em Alcântara, aonde cultura e tradição se solidificam como atrativo turístico. E são elas, as caixeiras que se “organizam” em favor da manifestação, cabendo a elas com os organizadores do festejo pensar a festa e as estruturas necessárias para que esta se desenvolva.

Alcantarenses são pessoas simples que vivem em certo “isolamento” mantendo as tradições a duras penas, mas firmes em originalidade representando um forte atrativo turístico o que induz reflexões sobre o modo de vida simples e as arraigadas tradições. A pequena cidade é pacata, de ruas desertas, como representado na Figura 02.



Figura 2: Ruas desertas em Alcântara.

Fonte: GOMES, Cristiane (2013).

É no contexto de vida simples e tranquila que se encontram as caixeiras ocupando patamar de destaque no período do festejo do Divino, não somente pelo

significado dessa prática cultural, mas também pela singularidade com que fazem ressoar o toque das caixas.

4. AS PARTICULARIDADES DAS SACERDOTISAS DO DIVINO EM ALCÂNTARA

Caixeiras são mulheres sacerdotisas que há muitas gerações conduzem os rituais festivos para o Divino Espírito Santo. O toque das caixas é uma prática socialmente reconhecida no estado do Maranhão com direito e incentivo ao aprendizado, às trocas, às viagens para tocar e à formação de grupos. São as caixeiras que conduzem os complexos rituais religiosos dos cultos festivos. A Figura 03 apresenta a condução do cortejo pela Caixeira-mor acompanhada por uma bandeirinha.



Figura 3: Caixeira e Bandeireira no cortejo-Alcântara.

Fonte: GOMES, Cristiane (2013).



Figura 4: Bandeireira e Bandeireiro no cortejo-Alcântara.

Fonte: GOMES, Cristiane (2013).

Elemento constituidor da Festa do Divino no Maranhão, as Caixeiras formam um grupo restrito com código próprio de conduta e de exigências do conhecimento, difundido, respeitado, e transmitido de geração a geração. Assim, a sabedoria em tocar caixas e entoar cânticos, repetidos de cor ou improvisados remete ao resgate da herança histórico-cultural, assim como a preocupação da preservação da sociabilidade do grupo como identidade cultural e comunitária. Na figura 04 verifica-se a participação de bandeireiros e bandeireiras sustentando a bandeira do Divino, são as novas gerações aprendendo o fazer da festa.

As caixeiras de Alcântara são, em sua maioria, oriundas de quilombos e a origem confunde-se com a construção coletiva do ritual, que dialeticamente constroem a si próprias

e os cânticos em louvor ao Divino partindo de experiências diárias. No livro “Caixeiras do Divino de Alcântara: no bater da caixa estou convidando as foliôas”, encontra-se explicações sobre a música tocada que : “são ternários ou binários compostos, ambos envolvidos com a expressão em círculo, e nos carregam para a experiência do tempo circular, mantrico.” (IPHAN, 2009, p. 11). As caixeiras formam um grupo restrito com regras próprias para inclusão de novas participantes. Para inserir-se no congregado das caixeiras é necessário atender a um “código de conduta” ou conhecimentos específicos do toque de caixas. São as caixeiras as grandes responsáveis pela construção da base material para a realização da Festa do Divino em Alcântara, antes do século XX. (IPHAN, 2009). E a origem está ligada às classes sociais menos abastadas e em Alcântara, as senhoras do Divino são, via de regra, mulheres idosas que sustentam as famílias com aposentadorias de trabalhadoras rurais. “Exercem uma função ritual e profissional estreitamente conectada com a devoção e compreensão da partilha e do compartilhar” (IPHAN, 2009, p. 18).

Canta caixeira daqui, canta caixeira da lá, canta caixeira do meio que eu também quero cantar.

A morte de uma caixeira representa perda absoluta do repertório, pois a maioria dos cânticos acontece de improviso, e não estão registrados. No processo de sucessão as caixeiras novas recebem “treinamento” durante os ensaios para a Festa do Divino ou durante os cortejos de viagens para “esmolar” ou recolher donativos. Nesses momentos as novas caixeiras praticavam o toque e a entonação para os hinos. Os versos que compõem são cantados em momentos pontuais durante a Festa como no diálogo com a Santa Crôa, (coroa) ou com o diálogo com outras caixeiras. Em outros momentos os cânticos acontecem saudando quem chega à Festa. Há cânticos da Alvorada e dos cortejos sempre invocam proteção ao Divino, associando melodia e toque de caixas com improviso criativo, de forma individual ou coletiva.

O posto de Caixeira-Mor é atingido com entonação de voz e expressão vocal, afinação e vastidão de repertório. São necessários também conhecimento sobre todo o ritual da Festa do Divino, assim como saber liderar com as demais caixeiras para imperar a hierarquia. Em alguns momentos o canto das caixeiras silencia, mas o toque das caixas segue em tons ritmados. Ao final da festa os festeiros dividem com as caixeiras as sobras do que fora angariado durante o festejo, materiais como o trigo, farinha de mandioca, óleo, refrigerante e tudo o mais que sobrar é dividido com as sacerdotisas do Divino, o que garante a estas mulheres ajuda significativa para prover a sobrevivência material. E é nesse ambiente de resgate ao tempo do Império que a manifestação de centenas de anos promove o louvor ao Divino.

Em entrevistas com caixeiras e gestores locais verifica-se que há ameaça a essa tradição na cidade e os entrevistados também apresentam essa preocupação com a

continuidade do grupo para que não se acabe esse marco cultural. Uma caixeira de 82 anos que toca desde os seis anos de idade, e aprendeu com a mãe e diz que as mães das adolescentes já não querem que suas filhas sejam bandeiras e que a Festa do Divino sem Caixeiras não tem sentido.

Alegam que os ensaios ocorrem no centro da cidade e as bandeiras que são adolescentes que carregam a bandeira do Divino mudam sempre de um ano para o outro. Diz a informante que só existem três caixeiras em Alcântara. Encerra a entrevista dizendo que se acabar o batuque das caixeiras, acaba tudo. Sugere a criação de oficinas para manter a tradição, mas não sabe como isso pode ser feito, se as mães não querem que as filhas participem.

Diz a caixeira de 69 anos que há 40 anos aprendeu a tocar com as caixeiras mais velhas e que hoje já não se passa de mãe para filha, se treina bandeiras desconhecidas que um ano participa e no outro não, e que todo ano é preciso chamar caixeiras das comunidades vizinhas. A solução seria capacitar em oficinas para a continuidade da tradição.

O coordenador da Festa do Divino em Alcântara diz que a importância das caixeiras na Festa é primordial, pois o festejo remete a época da escravidão e elas representam os escravos na senzala quando estes se reuniam para tocar as caixas. O principal problema com as caixeiras em Alcântara é a sucessão. Lamenta ter que recorrer à zona rural para trazer caixeiras. Aponta as caixeiras de Alcântara e diz que estão treinando outra. Sugere como estratégia para manter o toque de caixas um seminário para sensibilizar a população local sobre a importância desta herança cultural e solicita que se façam oficinas para treinar as futuras caixeiras. Complementa o depoimento dizendo que está lutando desde o início desta gestão municipal para que esta ideia se torne realidade.

O entrevistado se apresenta bastante preocupado com o futuro das Caixeiras e da Festa do Divino na cidade de Alcântara. Ele diz também que a festa local não pode sofrer alterações, é única no Maranhão, por seu formato onde as caixeiras são as apresentadoras do Divino. Diz que essas caixeiras só existem em Alcântara e por isso não pode ser perdido. A preocupação é que desapareçam as caixeiras e por consequência que a Festa do Divino na cidade seja extinta, pois sem caixeira, a festa ficaria nua.

A Diretora da Casa Histórica de Alcântara, fala da importância das caixeiras para Alcântara como “cultura viva” de descendência afro, que ainda conserva rituais tradicionais da Festa do Divino, ainda apresentam características primárias da Festa tradicional. Diz que existem caixeiras no país todo, mas todas são voltadas para o Terreiro de Mina e em Alcântara elas são unicamente caixeiras do Divino. Mas em contradição ao que pensam os demais entrevistados a Diretora do Museu diz que existem muitas caixeiras, mas na ativa somente três. Só estas continuam carregando a Bandeira do Divino, as outras deixaram de

praticar o sacerdócio ao Divino por vários fatores pessoais, mas afirma que no interior ainda há muitas caixeiras e por isso não sente a tradição tão ameaçada assim.

Diz que faz sempre trabalho de resgate de caixeiras, mas que é preciso frisar que todas elas precisam pausar suas atividades durante quinze dias para dedicarem-se ao Divino e isso é um problema para elas, pois quebram as rotinas. A entrevistada diz não crer que as caixeiras estejam sob a ameaça de extinção e afirma que o problema mesmo é a falta de incentivo para as caixeiras. Afirma que não há nenhuma medida sendo tomada no momento, em prol das caixeiras, diz que o IPHAN e a própria prefeitura já apresentam proposta de resgate dessa tradição, mas que ainda não fora implementada.

O prefeito tem prometido desenvolver a proposta. Acredita que nada tenha acontecido por falta de reconhecimento, por parte dos gestores locais, da importância de manter a cultura. Acredita que os locais e gestores ainda não tenham atentado para o valor desse legado cultural, tanto da Festa do Divino Espírito Santo como as demais festas de Alcântara. Assim, o patrimônio material, imaterial e ambiental de Alcântara é negligenciado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contata-se que o expoente cultural no Maranhão é reconhecido em todo o território maranhense. A cidade de Alcântara apesar das deficiências estruturais, mantém um legado cultural único demandante de novos visitantes com a Festa do Divino Espírito Santo. Na cidade de Alcântara a festa é diferente, ambienta um cenário de caixeiras que existem unicamente para louvar o Divino. As caixeiras enfrentam uma real ameaça de extinção, pois as novas gerações se recusam a participar dessa prática.

Em decorrência da mudança de bandeiras todos os anos o futuro das caixeiras fica comprometido. E por esses motivos é unânime a ideia de que oficinas de treinamento para caixeiras se faça realidade. Esse é um expressivo atrativo turístico e carece de atenção e gestão dirigida para tal. Fora constatado também que o festejo do Divino Espírito Santo em Alcântara só existe com as caixeiras e sem as mesmas essa manifestação perde o sentido, pois os próprios alcantarenses reconhecem a prática das caixeiras como a “alma do lugar”.

Os atores sociais envolvidos na prática do turismo local carecem de uma gestão pública descentralizada e comprometida com os objetivos desenvolvimentistas dos destinos. Assim os gestores governamentais podem e devem contribuir para o favorecimento do setor, apoiando e estimulando as empresas e os envolvidos na atividade de cada localidade, visando competitividade, cooperação e produtividade elaborando diretrizes que definirão o destino do local e planejando, da melhor forma possível, o uso dos espaços turísticos em

benefício da comunidade, tanto quanto trazendo benefícios aos visitantes. Entretanto, baseado em efeitos práticos, pouco se percebe como resultado positivo socioeconômico da atividade em Alcântara. No estado brasileiro o cidadão continua a margem de qualquer tipo de planejamento. E só o poder público pode abrigar no planejamento e nas políticas, estímulo e apoio ao desenvolvimento desses destinos. Tudo depende de um somatório de forças dos gestores públicos com os seus locais, da inclusão dos cidadãos no processo de decisão.

A experiência com APLs representa, ainda que empiricamente como acontece em Alcântara junto às caixas do Divino, um aporte as futuras propostas de planejamento, partindo das premissas de inclusão e prospecção de resultados favoráveis.

Considera-se necessidade iminente sensibilizar a comunidade local, tanto quanto os gestores, da importância cultural de tal manifestação, despertando nos cidadãos compromisso de mantê-la. Todos os cidadãos carecem de desenvolver um sentimento de pertencimento as suas práticas culturais para que venham a ser os mantenedores imediatos e constantes de tal legado cultural fortalecendo o APL na cidade, tanto quanto as Políticas Públicas de Turismo precisam apressar-se em antever os prejuízos apropriando-se em ideias que revelem o potencial local e que de fato trabalhem em favor da inclusão dos marginalizados e expansão das possibilidades socioeconômicas.

E é pensando na manutenção das práticas culturais locais, preservando as particularidades, que se sugere ênfase ainda maior no estilo de gestão resultante dos arranjos produtivos locais, contemplando a forma de organização que existe, ainda que inconscientemente, no cotidiano das caixas em Alcântara.

REFERÊNCIAS

Amorim. A. A; Scipião. T. T. O território e a organização da pequena produção. In: **Caminhos do desenvolvimento local**. Universidade Aberta do Nordeste. Ensino a distancia. Fortaleza: Ed Democrito Rocha. 2007

Benevides, Ireleno Porto. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira (organizadora). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

Beni, Mario Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: ALEPH. 2006

Brito, J. & ALBAGLI, S. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), Rio de Janeiro, 2003.

- Castelli, Geraldo. **Turismo atividade marcante**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- Castells, Manuel. **A sociedade em rede**. Vol I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- Coriolano, L. N. M. T. In CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira (organizadora). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.
- Coriolano, L.N. M. T. et al. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário, atores e cenários em mudanças**. Fortaleza: EdUECE. 2009
- Coriolano, L. N. M. T. **O turismo e a relação sociedade natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EdUECE, 2007.
- Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento. **Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária**, ocorrida em Brasília, dos dias 26 a 29 de junho de 2006.
- Garrido, Ines Maria Dantas Amor. **Modelos multiorganizacionais no turismo: cadeias, clusters e redes**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo. 2002
- Humphrey, John; SCHMITZ, Humbert. **Principles for promotting Clusters e networks of SMEs**. Sussex: Institute of Development Studies – University of Sussex, Oct. 1995.
- Iphan . **Caixeiros Do Divino Espirito Santo: no bater da minha caixa estou convidando a folia**. São Luis-Ma. 2009
- Montelo, Josué. **A noite sobre Alcântara**. José Olympio Editora, 1978.
- Nascimento, Iandra Virgínia Oliveira. **Os Arranjos Produtivos Locais do Turismo nas Praias do Traíri – Ceará**. Fortaleza, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza – CE, 2008.
- Petrocchi, Mario. **Gestão de Polos Turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.
- Porter, Michael. **Competição: estratégias competitivas essenciais (On competition)**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- Portuguez, Anderson Pereira. **Consumo e espaço-turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: ROCA, 2001.
- Santos, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha. 2002.
- Weber, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, Florestan. (org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.